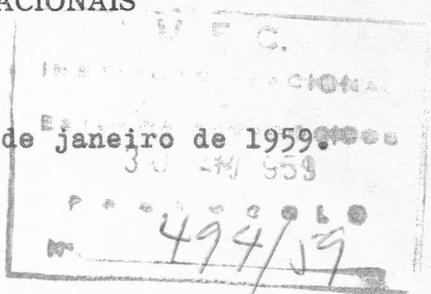


CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO



São Paulo, 7 de Janeiro de 1959.
Nº 16/59.



So C.B.P.E.
2.2.59
[Signature]

* DEPE
4.2.59
[Signature]

Senhor Diretor

O CRPE de São Paulo, com a aquisição do equipamento de impressão e de tabulação mecânica aproxima-se da fase final de instalação e organização. Nestes dois anos e meio de atividades uma de minhas preocupações foi a de montar uma estrutura mínima que, servindo de amparo às pesquisas e aos estudos educacionais, não consumisse energias e verbas, destinadas ao trabalho técnico propriamente dito. Para atender a necessidades de Secções novas, como a de Publicações, já criada, e a de Informação e Documentação Pedagógica, ainda por organizar, dos cursos e seminários que realizamos e de outros encargos, como a distribuição de publicações do INEP, essa estrutura assumiu proporções que me levaram a destinar-lhe as verbas necessárias para sustentá-la e assegurar-lhe o desenvolvimento.

Mas, como as pesquisas e estudos constituem e devem constituir o principal objetivo desta instituição e já foram lançadas as bases e dispostas as cousas para lhes darmos um grande impulso, tomo a liberdade de consultar V. Excia. sôbre a possibilidade do Ministério da Educação financiar, parcialmente, determinados projetos de pesquisa, necessários ao programa de reconstrução educacional do país que o Governo Federal está desenvolvendo. Dêsse programa destacamos a "extensão da escolaridade" e a "expansão da rede escolar" que se ligam diretamente aos nossos projetos de pesquisa em execução ou dependendo de verbas para serem iniciados.

Esse financiamento servirá para colocar alguns de nossos pesquisadores em regime de tempo integral, gratificar os Assistentes de Pesquisa que tenham responsabilidade na execução de um projeto e contratar os Auxiliares de Pesquisa necessários ao desenvolvimento dos projetos de interesse imediato para a realização do programa de reconstrução educacional. Na apresentação da verba necessária para a realização desses projetos, calculamos a gratificação de tempo integral para pesquisadores e assistentes e

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

Nº 16/59. Fl.2

auxiliares de pesquisa, bem como para estatísticos, na base de 50% dos vencimentos que lhes sejam pagos pelo Centro, com o propósito de elevar mais tarde a 100% sobre esses vencimentos para aqueles que tenham cursos de especialização e cinco anos de exercício efetivo no Centro em atividades científicas com eficiência e dedicação comprovadas.

Antes de submeter à apreciação de V. Excia. os nossos projetos de pesquisa que interessam de um modo especial ao referido programa do Governo Federal, peço licença para lembrar que se pretende estender a escolaridade com o aproveitamento das vagas que aparecerem em consequência da regularização da matrícula por idade, e, por isso, há necessidade urgente de se construírem instrumentos de avaliação da escolaridade. É claro que essas e outras pesquisas que interessarem ao planejamento, em bases racionais, da reconstrução educacional serão empreendidas em São Paulo e, se possível alargar o campo de investigação científica, em toda a região a que serve o Centro, e no desenvolvimento e na reestruturação de cujos sistemas escolares está vivamente interessado o Ministério da Educação, conforme propósitos já tantas vezes declarados de modo altamente significativo.

Em cada um dos projetos que se juntaram a este ofício, vem especificadas as despesas em que importa a sua execução, decorrentes do pagamento do pessoal de pesquisa e da extensão a este do regime de tempo integral que se propõe. A V. Excia. não se surpreenderá por certo o vulto aparente dessas despesas. Pois, na verdade, elas não somente não ultrapassam ao estritamente necessário, se considerarmos o vulto e a importância dos serviços em que serão aplicadas as verbas referidas, como também são realmente compensadoras para os cofres públicos, dadas as economias que poderão resultar de um rigoroso planejamento desses programas. De fato, para darmos apenas um exemplo, a expansão da rede escolar de São Paulo, que custará, em 10 anos, \$ 600.000.000,00, (seiscientos milhões de cruzeiros), se for bem planejada em todos os seus detalhes mais importantes e dentro de previsões seguras, quanto à localização e à área de construções escolares, poderá importar em enormes economias que compensarão largamente as despesas com o levantamento da situação atual e a planificação das edificações es-

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

Nº 16/59. Fl.3

colares.

Ao declarar, - o que faço com prazer - que estou inteiramente à disposição de V. Excia. para quaisquer esclarecimentos sobre esses projetos de pesquisa, que vão anexos, e sobre a proposta de plano de financiamento pelo Govêno Federal, quero assegurar a V. Excia. que, se merecerem a sua aprovação, tudo faremos por corresponder à confiança de V. Excia. Não ignoramos as dificuldades que se poderão levantar à execução das pesquisas de que V. Excia. encarregar este Centro. Temos, porém, a convicção de que poderemos superá-las, com a adopção das medidas propostas, algumas das quais tendem a atrair ao Centro e nêle fixar os melhores e mais experimentados elementos e obter dêstes, submetidos ao regime de tempo integral, a plena dedicação às atividades de pesquisa e o maior rendimento de trabalho.

Peço a V. Excia. aceitar os protestos de minha profunda estima e do meu mais alto aprêço,

Fernando de Azevedo
Fernando de Azevedo
Diretor

Vão anexos os projetos a que se refere este ofício.

Ao Exmo. Sr. Dr. Anísio S. Teixeira
D.D. Diretor do INEP
Rio de Janeiro - D.F.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

Documento de Trabalho

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

Um programa educacional de descentralização do ensino, deve atender a duas necessidades de ordem geral: de um lado, à participação do cidadão nas decisões a respeito da escola e de todas as instituições públicas; de outro, a renovação dos padrões culturais através de grupos e indivíduos de ampla formação intelectual.

A primeira leva a considerar que quanto maior a participação do cidadão nas decisões que envolvem a coletividade, mais esta se aproximará da realização completa de uma vida democrática. Num país subdesenvolvido com regime democrático ainda precário, o principal papel dos recursos capazes de levar a essa participação é acelerar o desenvolvimento de instituições ainda imaturas e despertar a consciência de indivíduos, para o seu papel no aperfeiçoamento da vida democrática. É, de certa maneira, distribuir por todos uma parcela da responsabilidade pelos destinos do regime, com a descentralização da própria direção da coletividade.

Quanto à segunda, deve-se considerar o papel criador que a escola tem tido no Brasil, como fator de mudança cultural. A inovação através da escola, principalmente no nosso meio rural, tem atingido desde a esfera da cultura material, pela introdução de novos instrumentos e renovação do equipamento tecnológico, até a cultura não-material, substituindo credices por conhecimento de natureza científica. Esse papel das agências educacionais como fator de mudança tem sido possível porque a escola sempre foi, no Brasil, o grande instrumen

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

to de civilização, o canal através do qual os grandes centros têm levado ao meio rural a sua cultura. Isso mostra a conveniência de conservar centralizados certos setores da organização educacional, a fim de manter a escola ligada aos meios urbanos, os quais, historicamente, têm exercido, entre nós, o papel de centros de difusão cultural. A experiência dos países cujos sistemas educacionais eram inicialmente descentralizados, indica que as condições de vida da sociedade industrial exigem uma relativa homogeneização de escolas e ideais educativos, sem que a comunidade deixe de participar do controle administrativo e econômico das escolas.

Para atender a essas duas forças divergentes — uma que leva a uma política de descentralização radical e outra que tende a manter a centralização — é necessário que, no campo da educação, a adoção de medidas que levem o cidadão a uma participação direta nos negócios da comunidade se faça acompanhar de outras que mantenham a escola ligada aos centros de renovação cultural, para a preservação do seu papel tradicionalmente criador.

Este programa procura atender ao pressuposto ideal de que o ensino deve ir mesmo além da municipalização, mas sem cortar as ligações da escola com um poder mais amplo, para que ela não corra o risco de perder o seu papel criador na cultura brasileira.

A referida participação pode ser alcançada com a adoção de uma série de providências que levem o cidadão a aproximar-se da escola e a ter papel ativo na sua direção. Isto se conseguirá, de um modo mais completo, quando os cidadãos que se servem da escola forem responsáveis pela sua direção e orientação e quanto a própria manutenção das escolas for feita pelos tributos arrecadados no bairro ou na área de onde provêm seus alunos.

Esta situação ideal, existente em alguns países, não pode,

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

no entanto, ser implantada imediatamente no Estado de São Paulo. Tendo como objetivo criar condições em que a participação do cidadão na vida escolar seja a mais completa, é necessário pensar-se numa série de etapas que nos conduzam a essa situação ideal. O programa que se propõe a seguir indica a primeira etapa na direção preconizada, a ser atingida nos próximos quatro anos, isto é, apresenta em suas linhas gerais as medidas que podem ser tomadas numa primeira fase de descentralização. Sugere, também, o processo pelo qual poderão ser coligidos os dados necessários para o planejamento completo desse programa. Numa última parte são lembradas as medidas que devem acompanhar a execução das propostas nas duas primeiras partes, para que a realização desse projeto não fique numa série de mudanças de superfície, formais, mas se constituam num verdadeiro programa de reconstrução educacional.

Primeira etapa da descentralização

O planejamento dessa etapa procura atender, de um lado, à necessidade de criar condições que permitam a participação do cidadão nas decisões e, de outro, à de contornar a maior imaturidade de algumas de nossas instituições de âmbito municipal e de seus agentes, em relação aos poderes mais amplos. Por isso, ao se detalhar este planejamento, deve-se entregar aos poderes locais as tarefas que eles certamente poderão cumprir e deixar ao Estado aquelas cuja execução deve ficar a salvo da interferência desastrosa de interesses regionais. Por outro lado, será necessário tomar uma série de medidas que deverão preparar o poder local para assumir, gradativamente, as obrigações que ainda ficarem nas mãos do Estado, até que este fique com a única função de estabelecer as bases e diretrizes gerais que devem nortear o ensino primário.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

Nos próximos quatro anos será possível regionalizar a administração escolar, atribuindo às Delegacias de Ensino uma série de decisões que atualmente estão nas mãos da Secretaria e do Departamento de Educação. Ao mesmo tempo deverá haver, no município, um Supervisor do ensino primário — função que poderá ser exercida pelos atuais inspetores escolares — ao qual caberá tomar algumas das decisões para as quais hoje se recorre à Delegacia e mesmo à Secretaria.

Ao poder municipal é possível entregar, desde já, a construção e a administração de prédios escolares bem como a manutenção das escolas. Nesses campos o Estado ficaria com a função supletiva. Seria de todo conveniente que, ao se dar esta atribuição aos poderes municipais, fossem tomadas providências que garantissem o emprêgo, pelo Município, dos 10% que a Constituição reserva à educação, evitando os desvios desta verba para outros fins. Isto poderia ser conseguido desde que o Estado vinculasse o exercício de seu papel supletivo à forma de distribuição dessa verba.

Nessa primeira etapa, as diretrizes da educação — organização de programas e currículos, principalmente — deveriam continuar como responsabilidade da administração estadual.

Os detalhes para a realização dessa etapa, além de dependem de um estudo mais acurado, não cabem num documento como este, que pretende dar as linhas gerais de um programa. No entanto, um dos problemas merece ser abordado, pois tem sido um verdadeiro fantasma para a nossa administração escolar e a tem levado a pensar na municipalização pura e simples do ensino primário como solução. É o da mobilidade do professor, mais precisamente o da fixação do professor à escola escolhida no concurso de ingresso ou de remoção. Nessa etapa poder-se-ia transferir para grupos escolares, que estivessem necessitando de classes, as escolas isoladas que vagassem e apresentassem condições de acesso ou de trabalho difíceis. Em seu lugar poderiam ser criadas

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

escolas de emergência que, regidas por substitutos com maiores obrigações e menos direitos em relação ao professor efetivo, viriam resolver para a administração escolar o problema atualmente constituído por aquêles estabelecimentos que apresentam condições desfavoráveis de acesso ou trabalho.

Planejamento das demais etapas

Esse planejamento deverá ser realizado através de estudos e pesquisas que permitam agir com segurança, quando se pretender completar a descentralização. Pode-se tomar alguns municípios, onde existam condições propícias, para a implantação, de uma descentralização mais completa que a proposta anteriormente. A observação do desenvolvimento dessa descentralização dará elementos para o planejamento da sua extensão a outros municípios até se atingir a todos os municípios do Estado. Pode-se esperar que, após quatro anos, seja possível ter êsse planejamento pronto e em condições de ser implantado.

Uma descentralização maior, que não perca de vista os pressupostos dêste programa, implica na criação de órgãos através dos quais essa medida poderá ser aplicada — um conselho municipal de educação e um conselho de escola — que tenham como função integrar a escola na comunidade e que se insiram harmônicamente na atual organização administrativa. Essa condição pode ser alcançada com a presença, no conselho municipal, de um especialista em educação, e, no da escola, do diretor. A essas autoridades caberá a ligação com os setores hierarquicamente superiores da administração escolar. Para evitar conflito de autoridade a atribuição do conselho na primeira etapa dêste programa pode ser definida como consultiva.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

O Conselho Municipal de Educação poderia ser constituído de, no máximo, 9 membros, escolhidos entre as autoridades Federais, Estaduais e Municipais, pais de alunos e interessados na educação. As atribuições do Conselho devem ser flexíveis, podendo ser definidas como levantar e prover as necessidades educacionais do município, através de todas as providências que estiverem a seu alcance.

O Conselho da Escola poderia ser constituído de, no máximo, 7 membros, eleitos entre pais de alunos e professores em número igual. As atribuições desse conselho, que também devem ser flexíveis, além de serem supletivas às do Conselho Municipal em relação à escola, são de ligar a direção da escola e seus professores aos alunos e suas famílias.

O especialista em educação — que substitui o Supervisor para o caso especial destes municípios — contratado entre licenciados em Pedagogia, teria as funções que corresponderiam às de um diretor de instrução municipal, isto é, a administração escolar e a orientação pedagógica, sem precisar recorrer a uma autoridade de fora. Em outros termos, as suas atribuições seriam aquelas determinadas aos delegados de ensino e aos supervisores, no momento em que for planejada em seus detalhes a primeira fase de descentralização. Para cumprir suas atribuições esse técnico seria assessorado pelo Conselho Municipal de Educação.

Medidas complementares

As medidas propostas, atingindo antes aspectos administrativos do sistema educacional, não resultarão em qualquer benefício para a educação primária e estarão mesmo fadadas ao malôgro, se não se

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

fizerem acompanhar de um conjunto de outras, de natureza pedagógica, que as completem. Realmente, não adianta e nem é possível dar uma organização perfeita às escolas se as suas condições materiais continuam precárias e o ensino permanece formal, intelectualista, seletivo. É necessário que o programa se preocupe também com o número de horas de aula, o número de alunos por classe, o sistema de promoção dos alunos, a extensão da escolaridade, os métodos e as técnicas de ensino, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente, o material didático e o atendimento de toda a população que necessita de escola. Nesses campos é possível adotar-se algumas medidas de ordem geral, mas outras exigem estudos e pesquisas e até mesmo experimentação, os quais demandam tempo para serem realizados. Em outras palavras, a descentralização é antes uma solução para os problemas administrativos que para os problemas educacionais.

C Ó P I ACENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO

T e m á r i o

do

SIMPÓSIO SOBRE PROBLEMAS EDUCACIONAIS BRASILEIROS

a ser realizado na primeira quinzena de agosto de 1959, na sede do CRPE de São Paulo, Cidade Universitária

I - Técnicas e Problemas de Mudança Cultural Provocada em face da Organização e Funcionamento do Sistema Educacional Brasileiro:

- 1 - A Ciência Aplicada e a Educação como fatores de Mudança Cultural Provocada. - Florestan Fernandes.
- 2 - A Investigação Psicológica em face dos Problemas Educacionais Brasileiros. - Dante Moreira Leite.
- 3 - A Investigação Sociológica em face dos Problemas Educacionais Brasileiros. - Renato Jardim Moreira.
- 4 - O Problema dos Valores na Formação e no Funcionamento do Sistema Educacional Brasileiro. - João Eduardo Vilalobos.
- 5 - O Problema da Administração na Formação e no Funcionamento do Sistema Educacional Brasileiro. - José Querino Ribeiro.
- 6 - O Custeio da Educação e a Utilização de Recursos para as Reformas Educacionais. - Carlos Corrêa Me caro.

II - Diagnóstico de uma Situação Educacional:

- 1 - Os Grandes Problemas Atuais da Educação no Brasil. - Anísio S. Teixeira.
- 2 - Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro. - Luiz Pereira.

- 3 - Rendimento e Deficiências do Ensino Secundário Brasileiro. - Raja Nassar.
- 4 - Rendimento e Deficiências do Ensino Técnico-Profissional Brasileiro. - Moysés Brejon.
- 5 - Problemas Atuais na Organização do Ensino Universitário no Brasil. - Milton da Silva Rodrigues.
- 6 - Os Problemas Profissionais e Humanos do Professor. - Joel Martins.

III - A Escola como Fonte de Tensões e Fator de Desenvolvimento na Sociedade Brasileira:

- 1 - Conservantismo e Inovação na Evolução das Instituições Educacionais. - Fernando de Azevedo.
- 2 - Necessidades Educacionais de Áreas em Expansão Demográfica da Sociedade Brasileira. - Douglas Teixeira Monteiro.
- 3 - A integração da Escola em Pequenas Comunidades Rurais do Brasil. - Giôconda Mussolini.
- 4 - A Escola Teuto-Brasileira e a Assimilação de Imigrantes Alemães e seus Descendentes. - Egon Schaden.
- 5 - Necessidades Educacionais de Áreas em Urbanização ou Metropolitanas da Sociedade Brasileira. - Ruth Correa Leite Cardoso.
- 6 - As Exigências Educacionais da Industrialização. - Fernando Henrique Cardoso e Oátavio Ianni.

- x -

OBSERVAÇÕES: Os trabalhos devem ser entregues, na Secretaria do CRPE o mais tardar, até 31 de julho de 1959, no mínimo - em duas vias, das quais uma será encaminhada ao debatedor es colhido entre os participantes. Deverá ser entregue, igualmente, em cinco vias, o resumo do trabalho, que não poderá ultrapassar de 10% do total das páginas, para ser lido, pelo relator, durante o Simpósio.